

Portugal financia investigação estrangeira

O aproveitamento da investigação portuguesa obriga à criação de massas críticas de recursos humanos, materiais e financeiros. Com a pulverização de recursos, não conseguiremos participações fortes nos projectos europeus, e andaremos simplesmente a reboque dos interesses dos nossos parceiros

Luís Moniz Pereira *

Pretendo com este texto chamar a atenção para o perigo da falta das bases de suporte humano, material e financeiro que correm os projectos de autonomia universitária. Vou fazê-lo, na próxima secção, com um exemplo europeu bem concreto, por si só problemático, independentemente do que a autonomia universitária possa contribuir para o resolver, ou piorar.

* Professor catedrático no Departamento de Informática da Universidade Nova de Lisboa



Não temos planos em execução para possuir, nem possuímos os índices de investigadores *per capita*. (Um aspecto de uma reunião com o ministro da Educação)

Que o perigo é real é. Basta saber que actualmente cerca de 95 por cento, se não mais do orçamento de despesas correntes das universidades e institutos para-universitários é destinado a salários. Mais recentemente, num acto de generosidade, o Governo deu a escolher entre contratar docentes ou estoirar os 5 por cento restantes em pau de giz e outros materiais didácticos da 1.ª revolução industrial.

Excedendo todas as expectativas, o mesmo Governo passou a permitir que 5 por cento das ver-

bas inscritas na rubrica de investigação do orçamento universitário — isto é, cerca de absolutamente nada — pudessem ser destinadas a bolsas para os docentes.

Numa ocasião em que se discutem as leis de Autonomia Universitária na Assembleia da República, convém ter presente o que estes casos paradigmáticos (normais!) prenunciam, para que, dum vez por todas, possam ser inviabilizados à partida na própria Lei. A autonomia só faz sentido se acompanhada das condições que garantem a sua efectividade. Autonomia apenas formal, não, muito obrigado!

Mas vamos ao caso concreto que prometi, que tem por fim ilustrar que lançar iniciativas não basta, pois há que garantir que a sua base de suporte não é um fundo falso.

Programas

O caso expõe-se num ápice. As comunidades europeias têm lançado uma multitude de programas de investigação e desenvolvimento (I & D) em Ciência e Tecnologia (C & T). Naturalmente que esti-

mam o número total de homens-ano necessários aos vários projectos de cada programa, para elaborarem o respectivo orçamento. Uma vez que se admite e deseja uma participação académica de pelo menos 20 por cento de força de trabalho nos projectos de inovação, decorre daí imediatamente o número de homens-ano académicos sem os quais os diversos programas se vêem inviabilizados por falta dum base de suporte imprescindível.

Por outro lado, conhece-se por país as suas disponibilidades em número de investigadores, formados e expectáveis. A comparação deste número com o anterior permite concluir que os programas europeus não possuem previsivelmente, e estão longe disso, uma base de suporte académica suficiente que os viabilize, estando, portanto, destinados ao fracasso parcial.

Tal sucede porque os Governos não acautelam o fortalecimento estrutural da sua base de C & T académica ao mesmo tempo que lançam tais programas, julgando, quicá, que tais programas por si só, e magicamente, se auto-suportarão.

Os projectos, a formação e as infra-estruturas têm que ser vistos como um todo, e os seus requisitos e temporizações específicos considerados por vias de financiamento diversificadas.

Portugal

Se tal situação é verdadeira para a generalidade dos países europeus, ela é especialmente gravosa para Portugal. Não temos planos em execução para possuir, nem possuímos, os índices de investigadores *per capita* necessários para beneficiar, proporcionalmente à nossa contribuição para o orçamento comunitário, sequer dos programas vigentes, quanto mais dos já previstos. Por falta de uma base suficiente de investigadores, somos incapazes de retirar de tais programas o benefício a que proporcionalmente poderíamos aspirar. Por outras palavras, estamos objectivamente a financiar a investigação estrangeira sem cuidar da nossa.

Condições

Aumentar o número de investigadores *per capita* e dar-lhes condições de trabalho, claro! Mas para trabalhar em investigação, e não

para estiar a sua competência e esforço no sorvedouro negro da burocracia acéfala.

Tal não basta, contudo. O aproveitamento da investigação portuguesa obriga à criação de massas críticas, de recursos humanos, materiais e financeiros. Com a pulverização de recursos, não conseguiremos participações fortes nos projectos europeus, e andaremos simplesmente a reboque dos interesses dos nossos parceiros.

As leis de autonomia universitária deverão contemplar este aspecto, mas também não precisamos ficar à sua espera. Parece-me essencial promover (isto é, permitir, estimular e apoiar) as condições de concorrência entre as universidades, inclusive através de remunerações diferenciadas para a mesma categoria, que levem ao natural, e por vezes imposto, agrupamento de excelência e massa crítica.

Corolário dessa concorrência é o proporcionar as condições de estímulo à mobilidade dos investigadores. Uma política com esse fim pode e deve ser debatida, mas com o desejo claro de implementar soluções. Propostas minhas não faltarão.